

**PENSANDO DESDE AS MARGENS: O SUJEITO FEMININO NA (E DA)
AMÉRICA LATINA**

Ana Cristina dos Santos

Uma vez posta de lado a ideia de que as mulheres são inatamente incapazes de raciocinar bem, ou a ideia de que naturalmente não estão prontas para os rigores da vida pública, fica logo claro que o que se põe no caminho do progresso das mulheres é a convenção, a tradição ou a opinião, mais do que a natureza, a biologia ou a filosofia.

(CHANTER, Tina; 2011, p. 15)

Palavras iniciais

As obras de escritoras mulheres (no campo da poesia, da narrativa e do teatro latinoamericano) têm alcançado, nas últimas décadas, um lugar de destaque na crítica literária. Porém, é indiscutível o fato de que muitas das obras teóricas que abordam a questão da representação da mulher na sociedade são escritas pelas próprias mulheres com o intuito de questionar e desmistificar os estereótipos construídos, durante séculos, pelo discurso falocêntrico. Desse modo, o discurso sobre a mulher propõe novas representações para os papéis femininos na sociedade, seja relendo, sob uma ótica feminina, os textos já consagrados escritos por mulheres, seja trazendo à tona textos de autoras esquecidos pela leitura masculina nas histórias da literatura. A análise desses textos permite tanto interpretar e valorizar a contribuição dessas escritoras e intelectuais à história e à crítica literárias quanto perceber que há distinção entre a figura da mulher (auto)representada pelas escritoras e a figura da mulher representada pelos escritores.

Uma leitura atenta do discurso sobre as mulheres permite-nos refletir sobre o contexto de produção da literatura de autoria feminina, especificamente na América Latina, tópico de discussão deste trabalho. Porém, para abordar o tema, devemos necessariamente deter-nos sobre a noção de gênero, sua relação com o poder,

principalmente nas sociedades da região, e à noção de construção identitária, na qual o sujeito feminino encara o seu espaço, notoriamente, a partir das margens, pela ótica da diferença com relação tanto à questão do gênero quanto às questões de etnia, raça, classe e sexualidade.

Nos textos (literários ou não) de autoria masculina, a representação feminina carecia de voz e, portanto, de autoridade porque havia uma desvalorização do papel ocupado pela mulher na sociedade. Ela era considerada, junto com os negros, os índios e os não-cristãos como o "Outro". Suas qualidades mais destacadas eram o sentimentalismo e a sua participação na vida privada: a criação dos filhos, o cuidado com a casa, a reputação e o casamento. Qualidades estereotipadas pela sociedade hegemônica masculina como inerentes ao universo feminino. Os textos masculinos criaram (desde a época de Eva) um *modelo* de mulher que deveria ser seguido por todas as demais e que contribuiu para perpetuar a subjugação feminina e valorizar os modelos culturais impostos pela cultura hegemônica patriarcal. Modelo que incitou a mulher à obediência masculina, à pureza, à docilidade e à submissão. Quaisquer desvios a esse modelo e a mulher poderia ser publicamente envergonhada, insultada ou inclusive excluída da comunidade (como acontece ainda nos dias atuais em certas sociedades).

Para o sujeito feminino se libertar dos grilhões patriarcais que moldavam o seu comportamento, foi necessário o desprendimento dos códigos culturais que lhe foram ensinados desde criança e dos valores impregnados nele – seu legado histórico patriarcal. Com isso, os textos produzidos pelas teóricas reconfiguraram um novo modelo de mulher que se negou a compactuar com os códigos culturais masculinos que diminuía o seu papel na sociedade. Os textos produzidos disseminaram uma nova consciência feminina que, a partir de seu lugar marginalizado (o espaço privado da casa e do convento), determinaram uma ressemantização do lugar imposto à mulher dentro da sociedade falocêntrica ao assegurar-lhe o direito aos espaços públicos e conseqüentemente, à voz e aos espaços de poder.

Gênero, linguagem e poder

Assim, os escritos de autoria feminina, tanto os produzidos pelas escritoras quanto os das intelectuais, tiveram como um de seus primeiros objetivos a crítica ao sujeito feminino representado pelo masculino. Partir dessa crítica buscou-se a construção de uma representação “verdadeira” para o sujeito feminino, que partisse do próprio “olhar” feminino. Essa nova representação contestava o lugar e a autoridade da posição masculina e o lugar imposto à mulher na sociedade. Um dos pilares centrais para a formulação dessa crítica foi a teoria de gênero cujas discussões mostravam que as diferenças entre o masculino – o homem e o feminino – a mulher baseavam-se apenas nas categorias discursivas e não nas biológicas, como esclarece Bila Sorj (1992, p. 15-6):

Diferente do sexo, o gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. E, segundo, envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social.

Através da teoria de gênero, a crítica feminina pôde compreender que os esquemas representacionais e a subjugação a que foi imposta a mulher durante séculos possuíam uma relação intrínseca com a noção do poder: quem estava no centro possuía e controlava o poder (em todas as suas esferas) e tinha o direito de representar (segundo o seu próprio “olhar”) os “outros” que estavam à margem desse poder. Ao fazer essa inter-relação, a crítica feminina percebeu que as representações femininas impostas por determinadas épocas eram disseminadas por práticas culturais e discursivas e estavam relacionadas às pressões políticas, econômicas e sociais que transmitiam atitudes, qualidades e identidades como inerentes à natureza de homens e mulheres. Dessa forma, a discussão teórica sobre gênero enfatizou ideias que, enraizadas durante séculos, tomavam por natural o que era produto cultural: uma relação hierárquica na qual o masculino se projetava como princípio superior e, assim dominante, frente ao feminino. O paralelismo entre a noção de gênero e identidade tornou-se, então, tema capital no processo de

autoconhecimento das sociedades modernas, especificamente nas latino-americanas, como afirma Mary Louise Pratt (apud CORBATA, 2002, p. 14):

El debate sobre el género llevado a cabo por hombres y mujeres, a través de espectro ideológico y social, y a través de toda la historia de Latino América, debería tener un lugar central en la historia intelectual de Latinoamérica, le mismo sobre el debate sobre la identidad. Debería ser reconocido como central en el proceso de auto-creación y de auto-comprensión de la sociedad.

A discussão ressaltou como a cultura hegemônica patriarcal se apropriou das diferenças existentes entre os gêneros para manter o *status quo* e justificar as desigualdades e a posição de subordinação ocupada pelas mulheres em diferentes situações e culturas. Essa comprovação fez emergir as relações de poder e dominação da cultura falocêntrica, delimitando uma fronteira entre o universo social feminino e o masculino que promoviam o feminino à submissão social e o seu afastamento do mundo público, como se as mulheres não pudessem participar desse universo de poder. Marcava-se, assim, o mundo privado, o da subjugação, como feminino e o público, o do poder, como masculino. Essa diferença corroborou durante décadas para a ideologia patriarcal de segregação das mulheres das posições de autoridade na sociedade.

Porém, segundo Chanter (2011, p. 16) os estudos de gênero não foram importantes somente porque lutaram contra o sexismo imperante nas sociedades. Para ela, esses debates ressaltaram que o feminino foi uma luta focada também no racismo, no classicismo e no heterossexismo. Assim, a partir de 1980, ao incorporar o estudo das relações de gênero ao contexto social, a diferença deslocou-se do plano de uma dicotomia apenas de gênero (a distinção entre masculino e feminino)¹, para a incorporação dos estudos culturais e etnográficos. Iniciou-se, assim, o questionamento do termo “feminino” a partir das diferenças existentes também entre as mulheres e no interior das mulheres. Esses estudos afirmavam que não se podia

¹ Segundo Teresa Ebert (1999, p. 217) “A organização de oposições binárias é hierárquica e patriarcal (falocêntrica)”. Tradução livre da autora do trabalho.

categorizar o feminino sem focar a "diferença na diferença"; ou seja, as várias camadas de subordinação existentes no feminino e não reduzidas unicamente à questão de gênero, mas que englobavam também um falso universalismo do termo, cujos privilégios condiziam somente com uma ideologia feminista branca, urbana, de classe média e heterossexual.

A partir da incorporação da noção de diferença "entre" as próprias mulheres, Butler (2010, p. 18) destaca que o sujeito feminino não pode ser compreendido em termos estáveis e permanentes. Para ela, a discussão revelou a existência de uma heterogeneidade e fez com que fosse impossível utilizar o termo "mulher" sem adjetivá-lo: mulher branca, negra, latina, homossexual etc. Desse modo, a definição e o emprego do termo "feminino" ultrapassaram as questões de gênero e aliaram-se às demais questões de identidades discursivamente constituídas (etnia, raça, sexo), requerendo uma redefinição do modelo do discurso teórico básico da ideologia feminina em relação aos privilégios de uma identidade sobre a outra. A partir de então, foi necessário que o discurso universalista feminino começasse a ouvir as diversas vozes femininas marginalizadas em seus discursos homogeneizantes. Foi necessário que o feminino se deslocasse também do centro e pensasse em si mesmo também a partir das margens.

Essa reflexão ressaltou que o sujeito feminino também se dividia em sujeito do centro de poder e sujeito das margens. Enquanto mulher dividia as mesmas condições históricas de opressão e marginalização inerentes ao gênero, mas divergia enquanto situações particulares e fatores culturais, tais como [nacionalidade](#), [religião](#), língua, tradições, modos de vidas, concepções de mundo e níveis de opressão. A identidade feminina passou a ser construída não apenas na oposição binária feminino/ masculino, mas também através das diferenças existentes entre as relações de poder articuladas por etnia, sexualidade, classe, nacionalidade, linguagem e religiosidade. Assim, ampliaram-se os estudos sobre a questão identitária feminina. Tornou-se necessário saber de que maneira se constituía o sujeito que sofria relações de poder e aquele que exercia essas relações, não só em relação à oposição feminino x masculino, mas também em oposição feminino x feminino. Desse modo, o foco da discussão teórica se voltou também para toda e

qualquer relação de poder que estabelecia fatores de identidade, tanto pessoal quanto coletiva. Com isso, relacionou-se a condição feminina às condições de opressão de todo e qualquer sujeito submetido à dominação e à marginalização social.

Por esse motivo, a crítica feminista relacionou a discussão sobre opressão feminina às práticas discursivas, conscientizando-as de que o conceito de identidade que definia o sujeito "mulher" era também uma construção linguística e contextualizada historicamente e, portanto, passível de questionamento. Essa crítica identificou a linguagem o principal instrumento utilizado pelo poder falocêntrico para viabilizar as relações de poder, já que ela é reguladora da função do sujeito nas sociedades. Para Velasco Marín (2006 p. 551 e ss.), a linguagem sempre foi utilizada como instrumento de dominação e opressão pela cultura hegemônica. Segundo a teórica, houve a necessidade de os grupos minoritários mostrarem a arbitrariedade da linguagem como mecanismo de força, capaz de estruturar o olhar do Outro através de um "imaginário branco", para que se revelasse a opressão a que esses grupos eram submetidos. Acrescenta que o feminino, com o intuito de construir uma identidade própria, desvelou a máscara da linguagem *neutra* que lhes impunham uma identidade *outra* ao relacionar a escrita com o conhecimento e o poder e mostrou a necessidade da subversão dos sistemas masculinos entendidos como perspectiva universal de representação. Dessa forma, a questão da construção identitária ultrapassa a oposição binária de categorias (como o feminino e o masculino, brancos e negros) ao questionar um sistema de valores instituído pelos grupos detentores do poder, legitimador de um discurso dominante e narcisista que não reconhece a diferença.

Essa constatação levou às minorias de poder – entre elas as mulheres negras, as indígenas, as pobres e as homossexuais - a encontrarem um modo de se fazerem visíveis, de erguerem as suas vozes para saírem da marginalização imposta pela hegemonia dominante branca e de classe média, de clamarem por suas identidades e, assim, obterem o reconhecimento sociocultural de suas diferenças. Sob essa ótica, compreende-se a necessidade atual de cada grupo minoritário construir uma identidade própria, pois como afirmam Figueiredo e Noronha (2005, p. 191):

[...] uma identidade não é elaborada isoladamente, mas antes negociada pelo indivíduo durante toda a vida, se depreende daí a importância do reconhecimento nessa construção. Entende-se, desse modo, porque a questão identitária só interessa e só é reivindicada por aqueles que não *são reconhecidos por seus interlocutores*. (Grifo nosso)

A escrita de autoria feminina na América Latina

Na América Latina, a reivindicação por uma identidade feminina própria ocorreu na década de setenta do século passado, em meio a contestações políticas e sociais mais amplas ocorridas nas diversas sociedades ocidentais. As teóricas e escritoras, baseadas nos discursos desconstrutivistas, consideravam fundamental a revisão dos códigos culturais e sociais nos quais as sociedades latino-americanas se organizavam. Não por acaso, como nos afirma Palmer-López (2002, p.160-1), surgiu na região várias narradoras inseridas em um grupo catalogado como “La generación de los 70”. As principais características dessa geração eram a experimentação com a linguagem através de um rechaço pelas normas estéticas e linguísticas; a aproximação aos setores marginalizados da sociedade; a identificação com o mundo latinoamericano e com a identidade nacional e a situação sócio-política da mulher e sua submissão à sociedade patriarcal. Seus escritos buscavam inserir a mulher no social e no político.

Entretanto, somente na década de 80 e principalmente na de 90 do século passado que essas escritoras e teóricas aprofundaram as discussões sobre a situação da América Latina como uma região marginal enquanto língua, discurso e identidade com relação à Europa e aos Estados Unidos. O foco da discussão era, principalmente, a busca por uma identidade própria da mulher latino-americana, que estava pautada sobre uma dupla negação: ser mulher e ser mestiça. Com isso, destacaram-se vários textos (literários e teóricos) cujo tema principal era o processo de desconstrução/reconstrução da identidade feminina gerado a partir das discussões suscitadas pelos movimentos feministas anteriores, que culminava na liberação política, sentimental e erótica da mulher latino-americana, tanto no plano

social quanto no pessoal. Os contos e/ou romances dessas escritoras revisaram o cânone literário da região, inserindo temas até então considerados proibidos pela literatura de autoria masculina, tais como a sexualidade feminina, o erotismo e a denúncia da opressão e marginalização sofridas pelas mulheres na cultura latino-americana.

Segundo Shaw (1999, p. 253 e ss.) são textos que marcam uma narrativa de testemunho, pois partem geralmente de um estilo considerado tradicionalmente realista e, em muitos sentidos, aproximam-se ficção e história, em uma tentativa de apresentar versões complementares para a historiografia oficial. Ainda segundo o autor, esses textos procuram inserir a participação feminina como contribuições importantes e algumas vezes fundamentais para a construção das nacionalidades e identidades culturais da região. As narrativas englobam desde o gênero romance até os considerados tipicamente femininos e, conseqüentemente, menosprezados pelo cânone literário institucionalizado pela sociedade falocêntrica: as autobiografias, os testemunhos, os diários, as cartas, as receitas de cozinha, entre outros.

Assim, desde a década de 70 do século passado, surge uma narrativa de autoria feminina que incorpora a problemática terceiro-mundista do colonialismo, do silêncio ocasionado pela tortura política e concede especial atenção ao sujeito feminino, reivindicando uma identidade própria para a mulher latino-americana. Essa narrativa é a responsável por inserir um grupo de escritoras no cânone literário da região. Nesse grupo de escritoras, inserem-se tanto as autoras contemporâneas pertencentes a geração dos 70, as do final do século XX e as que escrevem também no século XXI, tais como Rosario Ferré, Marcela Serrano, Laura Esquivel, Ana Lydia Vega, Gioconda Belli, Zoe Valdés, Diamela Eltit, Tununa Mercado, Adriana Lunardi, Adriana Lisboa, Luisa Valenzuela, Luisa Lobo, entre outras..

Como nos adverte Shaw (1999, p. 280), o que mais chama atenção nas narrativas dessas escritoras é que as personagens fortes são geralmente mulheres. Elas fogem do estereótipo que prima pela submissão à voz masculina, pela negação do corpo e do prazer e pela exclusão da mulher dos círculos sociais de poder e participam ativamente da sociedade em que estão inseridas, reexaminando os conceitos de liberdade e identidade e questionando o lugar que foi determinado para

si pela sociedade patriarcal. Com isso, essas narrativas fazem uma releitura das sociedades latino-americanas para provar que o papel ocupado pela mulher na sociedade e a sua não valorização são produtos de um olhar hegemônico e dominante sobre elas, seja ele masculino ou feminino, vinculados ainda às questões ideológicas e às relações de poder:

Marginadas estamos desde que el cromañón nos prohibía hacer dibujitos en las paredes de las mejores cavernas. Lo único que ha cambiado es que ahora lo sabemos. Cuando la literatura latinoamericana hizo ¡BUM! las escritoras estaban ocupadísimas: en la cocina (VEGA, 1994, p. 92).

As personagens que emergem das narrativas de autoria feminina criticam as situações que implicam a falta de visibilidade e de representação social feminina, marginalizando as mulheres dentro da sociedade em que vivem. Dessa forma, criticam também, indiretamente, o autoritarismo inerente às instituições comandadas pelos homens e os condicionantes culturais da formação da identidade sexual feminina, sempre referenciada a um universo falocêntrico. Para essas personagens a marginalização imposta ao sujeito feminino restringiu o papel da mulher na sociedade latinoamericana, encurralando-as nos domínios particulares e não nos públicos: "Es por esto que la literatura de las mujeres se ha ocupado en el pasado, mucho más que la de los hombres, de experiencias interiores, que tienen poco que ver con lo histórico, con lo social y con lo político" (FERRÉ, 1980, p. 33).

Essas escritoras, conscientes da existência da fronteira entre o universo social feminino e o masculino começaram a estabelecer uma ponte entre esses dois universos: o privado e o público. São conscientes de seu papel como seres ativos socialmente e propõem em suas narrativas um discurso desconstrutor capaz de propiciar o desvelamento dessa ideologia. Em suas narrativas, há uma mudança radical da sociedade patriarcal e da cultura marcada pelo trânsito das mulheres de seres passivos para protagonistas de suas vidas e de suas próprias histórias, ou seja, convertem-se em sujeitos históricos:

El cultivo del ensayo ha permitido el acceso de las mujeres a las "altas esferas" del poder literario. Al abordar este género, masculino por excelencia, han podido adelantar ideas "serias" y adoptar posturas públicas, subvirtiendo a la vez, con humor e imaginación, los esquemas discursivos tradicionales. (VEGA, 1994, p. 95).

Logo, suas narrativas culminam em um processo de re colocação do sujeito feminino no lar e no mundo, o que Homi Bhabha (2007, p. 290) denomina de estranhamento - momento inerente ao rito de iniciação extraterritorial (do privado ao público) e intercultural. Por isso, muitas das obras dessas autoras se centram no âmbito familiar, na genealogia e nas relações interpessoais, temas considerados típicos da escrita de autoria feminina. Contudo, ainda que considerados clichês, esses tópicos introduzem o estranhamento ao permitir, através das fissuras do espaço doméstico, a invasão do espaço histórico, lugar onde a vida acontece. A partir dessa invasão, o mundo doméstico se expande e a História converge, então, para dentro da casa:

Nesse deslocamento, as fronteiras entre casa e mundo se confundem e, estranhamente, o privado e o público tornam-se parte um do outro [...] forçando sobre nós uma visão que é tão dividida quanto desnorteadora. [...] Isso resulta em redesenhar o espaço doméstico como espaço de modernas técnicas normalizantes, pastorizantes e individualizantes do poder e da polícia modernos: o pessoal-é-o político, o mundo-*na*-casa. (BHABHA, 2007, p. 29 e 32. Grifo do autor)

Ao romper essas fronteiras, as escritoras percebem que suas narrativas configuram um novo espaço para o sujeito feminino. Suas personagens manifestam-se a partir de um *outro lugar*, o feminino, lugar considerado marginal pelo discurso falocêntrico. Seus textos tornam visível o estranhamento, especificando a natureza hegemônica da sociedade patriarcal e a divisão de gêneros. Suas personagens enfrentam constantemente o movimento de revisão, destruição e reconstrução do modo de ser feminino. Razão pela qual a construção identitária feminina foi e

continua sendo um dos temas constantes em suas narrativas. O tema torna-se fundamental porque a identidade feminina latinoamericana foi fixada pelo olhar do Outro: o masculino, o europeu, a mulher do primeiro mundo... Esses olhares afirmavam as mulheres quem elas eram, como deveriam comportar-se e o que deveriam ser na sociedade. Tratava-se de uma relação hierárquica na qual o Outro, sujeito do poder, dominava o espaço, o controlava, e se projetava como princípio superior frente ao sujeito feminino dominado.

As narrativas das escritoras contemporâneas da América Latina reconstroem/redefinem uma identidade outra para o sujeito feminino que se projeta na valorização do seu fazer, do seu mundo, do seu próprio ser. Sabedoras de que “[...] a “identidade” só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto [...] como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre as alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais”. (BAUMAN, 2005, p. 21-2), as mulheres decidem reescrever as suas próprias histórias. Constroem uma identidade a partir de o próprio olhar, das novas definições sociais concretizadas em suas experiências de mundos e participações sociais diversas: a experiência feminina nos países andinos, com seu altíssimo índice de população indígena e de pobreza, a dos países do cone sul vitimizados pela tirania ditatorial e a censura; a caribenha de Cuba ou Porto Rico, países midiáticos de maneira decisiva pelo poder dos Estados Unidos. São narrativas plurais, mas que se unificam na busca por uma identidade feminina própria da América Latina. Nas sociedades em que vivem, seus textos ajudam a redimensionar o universo de papéis, atitudes e valores que nutrem a identidade feminina da região como sujeito com rosto, voz e poder.

Escrever a partir das margens: feminino e mestiçagem

Em sociedades tão diversas e com especificidades culturais próprias, além de um histórico de violência social e política e nas quais existem grandes desigualdades como é o caso dos países da América Latina, a questão feminina e a construção identitária aliam-se às questões de raça e etnia.

Nesse sentido, discutir o problema do feminismo nessa região obriga, além de reconhecer o papel histórico desempenhado pelas sociedades patriarcais (brancas ou não) sobre a população em geral e as mulheres em particular, a analisar também as questões relacionadas às discriminações potencializadas em termos de etnia e cultura.

Porque somente desvelando o sub-texto de gênero-etnia, com os seus duplos critérios políticos e morais, é possível entender boa parte da história social da América Latina e particularmente as questões da identidade feminina. Vale ressaltar que a dominação feminina na região se construiu através do assédio. Um assédio que reprimiu a participação feminina no continente e que começou com a possessão masculina dos corpos das índias e das negras durante os períodos da conquista e da escravidão, mostrando o poder absoluto (mascarado socialmente) dos espanhóis e dos amos sobre o corpo feminino. Inicia-se, assim, o processo de mestiçagem na região que, em uma sociedade eurocêntrica, serviu para aumentar ainda mais as discriminações com relação ao gênero e a etnia.

Na medida em que a marca da etnicidade se constrói na América Latina pelas diferenças impostas pela conquista (o colonizador branco e europeu rejeitou o que não era espelho) e que nela subjaz a noção de poder, não é de surpreender que as escritoras da região, pertencentes aos subgrupos étnicos, sejam as que exploram de modo mais consistente a noção de hibridez/mestiçagem étnica. Suas obras enfatizam essa dupla colonização: ser sujeito mulher e mestiço, portanto, marginalizado pelos grupos hegemônico de poder. Estão conscientes que escrevem a partir das margens, pois pertencem aos dois grupos cuja identidade cultural se constrói sob esses dois pilares marginais. Desse modo, seus discursos apontam para a necessidade do reconhecimento tanto das diferenças de gênero quanto das de etnia:

Total, es solo una flor de minorías: mujer (aunque seamos mayoría en el planeta, ¿quién carajo se entera?); puertorriqueña (hija de esa colonia cinco veces centenaria que amenaza con ser el vertedero tóxico y nuclear de Occidente); y escritora (oficio, como hemos visto, hartó sufrido). Ha cometido el gravísimo desliz de no evitar la consagración en vida. Ha tenido la mala pata de ver su nombre en la lista de los autores

menos ignorados por los lectores. Y ahora tendrá que atenerse a las consecuencias: la sacarán del armario, cada vez que haya un foro sobre "literatura femenina" en o fuera del país [...] (VEGA, 1994, p.100).

Porém, essas escritoras também estão conscientes que, a partir de suas narrativas, constroem um "olhar" que não "fantasia" e tampouco desfigura o sujeito feminino latino-americano. Seus textos são os sólidos alicerces para a construção de uma perspectiva feminina e latino-americana sobre o seu próprio espaço e permitem um imaginário de mestiçagem no qual o feminino se representa com uma autonomia e poder que a diferencia das imagens construídas para si pelo discurso da cultura dominante, seja ele masculino ou feminino.

Já não consentirei que me façam sentir vergonha pelo simples fato de existir. Terei a minha voz: índia, espanhola, branca. Terei a minha língua de serpente: a minha voz de mulher, minha voz sexual, minha voz de poeta. Superarei a tradição do silêncio. (ANZALDÚA, 2007, p. 40)

Assim, é latente na escrita feminina latino-americana contemporânea a questão de gênero, raça e etnia. As escritoras da região se engajam nas questões político-sociais (seja nas narrativas de testemunho, nas autobiografias, nas de repúdio às ditaduras), unindo discurso literário e militância política em seu próprio país ou fora dele, tais como Zoé Valdés, Isabel Allende, Laura Esquivel, Gioconda Belli, entre outras. Em suas obras, ocorrem o encontro e a fusão das heranças pré-hispânicas, negra e/ou branca, memórias esquecidas que contribuem para a transformação e a construção do novo sujeito feminino latino-americano, não permitindo, assim, a diluição da identidade cultural mestiça a qual pertencem. O objetivo é construir uma identidade feminina diferente da construída pelas teóricas europeias e estadunidenses para revelar que os elementos geradores de choques sociais, étnicos, sexuais são construtos sociais e como tais, podem e devem ser denunciados e reconstruídos para subverter a ordem estabelecida pelos centros hegemônicos de poder dentro e fora da América Latina.

Com essa prática, as escritoras da região apontam para a compreensão das fontes de suas pertencas múltiplas, a necessidade de nomeá-las, de articular suas

raízes e explicar o processo de transculturação que abarca todo o hemisfério. Assim, contribuem para revisar a história e questionar a opressão imposta pela cultura dominante. Esse processo de redescobrimto e conscientização unifica a escrita de autoria feminina e revela que a identidade feminina dos grupos minoritários se revisa e se reconstrói nas fronteiras entre o hegemônico e o mestiço, no encontro e fusão das heranças pré-hispânicas, negra e/ou branca, nas memórias esquecidas que contribuem para a transformação e a construção dos entre-lugares das heterogeneidades culturais e sociais que marcam a região. Esse processo de conscientização de uma subjetividade *outra* expõe uma identidade mestiça que não é nem branca, nem negra, nem índia, mas que se constrói nos seus interstícios.

Desse modo, a identidade mestiça se relaciona não só com as questões raciais e étnicas advindas dos processos de colonização da América Latina, mas também com os encontros resultantes dos espaços favoráveis ao entrecruzamento de culturas: as zonas fronteiriças. Lugar de deslocamento constante, esse espaço móvel, polifônico, feito de incessantes travessias tanto internas quanto externas é para Burke (2010, p. 73) “[...] não apenas locais de encontro, mas também sobreposições ou interseções entre culturas, nas quais o que começa como uma mistura acaba se transformando na criação de algo novo, diferente”. Esse “algo novo” designado por Burke é a fusão de elementos culturais que “atravessam” o sujeito da fronteira e leva ao nascimento de uma identidade em construção, que nasce e vive nesse espaço intersticial. Essas narrativas questionam o que é ser mulher e mestiça e, à medida que examina os efeitos dessa mestiçagem, perscruta o próprio significado da noção de sujeito feminino fronteiriço que se constrói e se reconstrói nesse espaço polifônico.

É a valorização da identidade feminina e mestiça, portanto, híbrida como a própria América Latina, o grande pilar da escrita de autoria feminina contemporânea da região, pois a exclusão e invisibilidade dos grupos femininos minoritários ocorre não só por serem textos de autoria feminina, mas, principalmente, por pertencerem a esta ou àquela etnia.

Palavras finais

Os textos de autoria feminina na América Latina não são somente produtos de criação literária, mas trazem à cena contemporânea as reflexões sobre a escrita feminina, o corpo, o papel social da mulher e as questões de gênero-etnia na região em que vivem. As escritoras conciliam criação e reflexão para mostrarem que a identidade feminina da região se revisa e se reconstrói nas fronteiras entre o privado e o público, o masculino e o feminino, o central e o periférico, o hegemônico e o mestiço enfim, no entre-lugar das heterogeneidades culturais e sociais que marcam a região.

Suas obras, como outras da região de autoria masculina, comprometem-se com uma escrita que interroga o direito da cultura hegemônica de falsificar verdades universais sobre suas histórias e realidades. Reescrevem o passado, libertando o sujeito feminino dos mecanismos de opressão. Através dessa liberação, assumem o papel do intelectual ao conscientizar o leitor sobre o verdadeiro papel social da mulher e do ser mestiço da América Latina, por conseguinte, buscam a igualdade entre os gêneros e principalmente entre as diversas etnias para poder edificar uma sociedade que favoreça o reconhecimento e a convivência sem conflitos entre gêneros e raças. Dessa forma, reconfiguram a partir das margens uma identidade própria para a mulher em meio à história híbrida e multicultural da América Latina.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. Como domar una lengua salvaje. In: GARCÍA, Cristina. *Voces sin frontera: antología vintage español de literatura mexicana y chicana contemporánea*. Nueva Cork: Vintage books, 2007. p. 31-46.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Entrevista a Benedetto Vecchi. Trad de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Trad. de Myriam Ávila et al. 4 reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. Trad. de Leila Souza Mendes. 3 reimp. São Leopoldo, RS: Ed Unisinos, 2010.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. de Renato Aguiar. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CHANTER, Tina. *Gênero: conceitos-chaves em filosofia*. Trad. de Vinicius Figueira, Porto Alegre: Artmed, 2011.

CORBATTA, Jorgelina. *Feminismo y escritura femenina en Latinoamérica*. Corregidor: Buenos Aires, 2002.

EBERT, Teresa. Femenismo y postmodernismo de la resistencia. Diferencia-dentro/Diferencia-entre. In: CARBONELL, Neus; TORRAS, Meri. (comp. e bibliog). *Feminismo literarios*. Madrid: Arcos Libros, 1999. 199-232.

FERRÉ, Rosario. La cocina de la escritura. In: ---. *Sítio a Eros*. México: Joaquín Mortiz, 1980. p. 13-33.

FIGUEIREDO Eurídice e NORONHA, Jovita Maria. Identidade nacional e identidade cultural. In: FIGUEIREDO, Eurídice (org.). *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: UFJF, 2005. p. 189 -205.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PALMER-LÓPEZ, Sandra. Rosario Ferré y la generación del 70: evolución estética y literaria. *Revista Acta Literaria*, Tennessee, nº 27, p. 157-169, 2002. Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0717-68482002002700012&script=sci_arttext. Acesso em: 12/04/2010.

SHAW, Donald. *Nueva narrativa hispanoamericana- Boom. Posboom. Posmodernismo*. Madrid: Cátedra, 1999.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina, BRUSCHINI, Cristina (org). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 08-20.

VEGA, Ana Lydia. De bípeda desplumada a Escritora Puertorriqueña. In: ---. *Esperando a Loló y otros delirios generacionales*. San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1994. p. 91-100.

VELASCO MARÍN, María Adriana. La crítica feminista, el dedo en la llaga o el cuestionamiento al canon literario. In: GUARDIA, Sara Beatriz (ed). *Mujeres que escriben en América Latina*. Peru: Centro de estudios de la mujer en la historia de América Latina (CEMHAL), 2007. p. 551-62.